

ACESSO AO PRONAF NO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO TAQUARI / RS.

Eliane Maria Kolchinski - Engenheira agrônoma, doutora em Agronomia, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Campus Encantado/RS – Brasil. E-mail: eliane-kolchinki@uergs.edu.br.

Cândida Zanetti – Mestre em Desenvolvimento Rural, Assessora Territorial de Inclusão Produtiva, bolsista de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq do NEDET Vale do Taquari/RS - Brasil. E-mail: candida.acesso@hotmail.com.

Tatiane Jéssica Siebeneichler - Cientista de Alimentos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Pelotas/RS - Brasil. E-mail: tatijs1@hotmail.com.

Elaine Biondo - Bióloga, doutora em Botânica, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Campus Encantado/RS - Brasil. E-mail: elaine-biondo@uergs.edu.br.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar o acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares nos municípios do território rural do Vale do Taquari/RS, visando contribuir nas discussões de estratégias de desenvolvimento local e regional. Realizou-se o levantamento do número e área dos estabelecimentos agropecuários familiares, não familiares e total no território; número de DAPs ativas e inativas em dezembro de 2017; número de contratos e montante de recursos do PRONAF no período de 2012 a 2017. Ocorreu uma redução significativa no número de contratos do PRONAF nos últimos 5 anos, impactando diretamente no montante de crédito liberado aos agricultores familiares. Apesar da redução, observou-se a importância das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar do Território, evidenciado através do crescimento significativo do VAB agropecuário, que foi superior a 50% na grande maioria dos municípios, no período.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, políticas públicas, desenvolvimento territorial.

INTRODUÇÃO

A região do Vale do Taquari é caracterizada pela agricultura familiar e reconhecida como produtora de alimentos. Conforme Bittencourt (2018), estima-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas das nossas casas é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção. Considerando a importância e suas especificidades, há necessidade de políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008)



No âmbito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996 se constituiu na primeira política pública voltada exclusivamente à agricultura familiar, com o objetivo de incentivar a agricultura, por meio de financiamentos da produção e de formação de capital para o segmento (CASTRO et al. 2014). Conforme Araujo e Vieira Filho (2018) trata-se de um programa não apenas destinado à oferta de crédito, mas também focado no planejamento territorial, objetivando o avanço do desenvolvimento das áreas rurais.

A realização deste trabalho surgiu devido a carência de informações e dados referentes ao acesso e avaliação da implementação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, em especial o PRONAF, nos municípios do Território Rural do Vale do Taquari. Desta forma, o objetivo do presente estudo foi analisar o acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares e o efeito no VAB (Valor Agregado Bruto) agropecuário, visando contribuir nas discussões de estratégias no âmbito dos fóruns de desenvolvimento local e regional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido no Território Rural Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET VT)"¹, no período de 2015 a 2017.

Foi realizado o levantamento do número e área dos estabelecimentos agropecuários familiares, não familiares e total por município no Território a partir do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017). Foi realizado o levantamento do número de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ativas e inativas por município em 31 de dezembro de 2017, através do sistema da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD (SEAD, 2017).

A análise do acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares no período de seis anos, de 2012 a 2017, foi realizada a partir do levantamento das seguintes de informações: número de contratos e montante de recursos de PRONAF por município. As informações foram obtidas a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). Os dados do montante de recursos PRONAF nas modalidades custeio, investimento e industrialização foram analisadas no período de 2013 a 2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Território Rural Vale do Taquari é composto por 37 município e possui área de abrangência de 4.918,6 km² (FEE, 2017). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), possui 22.220 estabelecimentos agropecuários, destes, 18.948 são estabelecimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 8% do total desta tipologia no Estado. No território, os estabelecimentos familiares abrangem 77% da área total de exploração agrícola e pecuária, o que corresponde a 269.218 hectares.

Conforme o IBGE (2017), a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar é de 14,2 hectares, enquanto que os não familiares é de 24,9 hectares. Os dados apresentados

¹ Contou com apoio financeiro através da chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014.



mostram que o território é caracterizado pela agricultura familiar e possui um perfil diferenciado em termos de estrutura produtiva em comparação a outras regiões do estado e país.

Em 31 de dezembro de 2017, o território apresentava um total de 28.152 DAPs Pessoa Física, destas 11.470 estavam na condição de ativas, o que indica que muitos agricultores familiares ativam suas DAPs apenas quando acessam as políticas públicas. Observou-se que o número de DAPs Pessoa Física ativas era equivalente a 60,5% dos estabelecimentos agropecuários familiares do território (IBGE, 2017).

As DAPs Pessoa Jurídica para o mesmo período, contabilizavam um total de 44, das quais 27 encontravam-se ativas.

Entre 2012 e 2017 no território do Vale do Taquari, foram firmados 69.196 contratos com recursos do PRONAF somando um montante superior a um bilhão e trezentos mil reais (R\$ 1.338.702.458,84), representando 4,4% do total de contratos e dos recursos acessados no Estado do RS, neste período.

Observou-se que ocorreu uma redução no total das contratações nos últimos cinco anos, (Figura 1), enquanto que o montante de recursos liberados aumentou até 2014 (Figura 2). No período de 2013 a 2017, a redução média no número de contratos foi de 12% ao ano. Já o montante de recursos acessados reduziu em 28% no período de 2014 a 2017. Servo (2019) analisando a evolução do crédito rural no Brasil, comentou que desde o ano-safra 2014-2015, o volume total das novas contratações de crédito vem perdendo força em termos reais, com a exceção de 2017-2018. Conforme Araujo e Vieira Filho (2018), nos últimos anos, houve um desequilíbrio na disponibilização dos recursos, os quais vinham sendo mantidos pela política do governo, muito provavelmente resultado da redução dos gastos públicos do governo federal com programas e políticas públicas após a recente crise econômica brasileira.

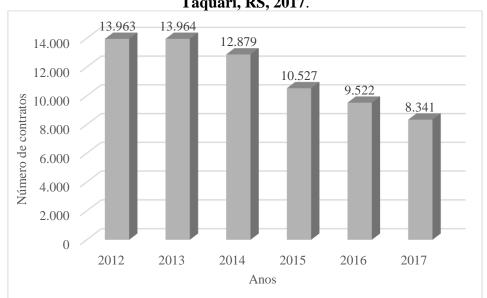
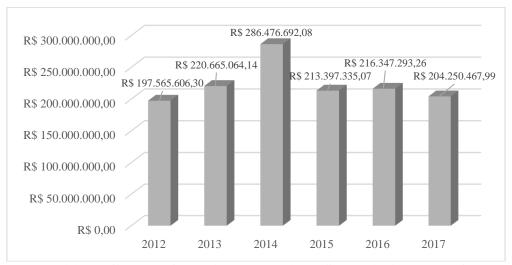


Figura 1 - Total de contratos PRONAF entre 2012 e 2017 no Território do Vale do Taquari, RS, 2017.

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), (2017).

Figura2 – Montante de recursos PRONAF entre 2012 e 2017 no Território do Vale do Taquari, RS, 2017.





Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), (2017).

No período de 2013 a 2017 foram firmados 41.127 contratos de Custeio no valor total de R\$ 556.661.038,00 e 14.096 contratos de PRONAF Investimento, no valor de R\$ 571.829.497,00. Observa-se que os valores investidos em custeio e investimento no território são semelhantes. No período, também foram executados 10 contratos de PRONAF Industrialização, dos quais 2 somaram R\$ 30.957.883 (99,8% do valor total) e foram oriundos de DAPs Jurídica. Os contratos de PRONAF Custeio são mais numerosos e com valores médios menores quando comprados aos contratos de Investimento, pois são regulamentados na forma de crédito rotativo visando uma abrangência sistêmica da unidade produtiva.

Foi realizada uma análise da evolução do VAB da agropecuária, VAB total e o Produto Interno Bruto (PIB) entre 2012 a 2017 com o objetivo de avaliar o efeito do acesso às políticas públicas no período. Ocorreu um crescimento médio de 60,6% no VAB da agropecuária do território no período, sendo que a grande maioria dos municípios ficou acima de 50%.

Cabe destacar que a base econômica e social do território está alicerçada nas cadeias produtivas agropecuárias, principalmente no setor agroindustrial. Desta forma, além do VAB da agropecuária contribuir significativamente no VAB total, em alguns municípios, corresponde a mais de 50%, a agricultura familiar tem o papel de produzir e fornecer matérias primas para o processamento, contribuindo para impulsionar o VAB da indústria. Estes dados evidenciam a importância das políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar do território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado buscou contribuir com o debate e uma análise mais aprofundada acerca das políticas públicas para agricultura familiar no Território Rural do Vale do Taquari. Os dados apresentados mostraram uma redução significativa no número de contratos do PRONAF nos últimos 5 anos, impactando diretamente no montante de crédito liberado aos agricultores familiares no território. Apesar da redução, observou-se a importância das Políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar do Território, evidenciado através do crescimento significativo do VAB agropecuário, que foi superior a 50% na grande maioria dos municípios no período.



Em virtude do microcrédito rural, a agricultura familiar na região, em sua maioria, passou por inúmeras transformações nos últimos anos, destacando-se a modernização das instalações agropecuárias, implantação de agroindústrias familiares e a diversificação de atividades. É consenso que o PRONAF foi e é responsável por essa mudança que ocorre na agricultura familiar do Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR**: Quantidade e Valor dos Contratos por Município. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural. Acesso em: 29 de abr de 2020.

BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação.** Brasília: Embrapa Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao. Acesso em: 08 de mai de 2020.

CASTRO, C. N. de; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. de S. Avaliação dos impactos regionais do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: RESENDE, G. M. **Avaliação das Políticas Públicas no Brasil uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. cap.6.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Estatísticas.** Porto Alegre, 2017. Disponível em http://www.fee.tche.br/. Acesso em 16 set 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 abr 2020.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SERVO, F. **Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra**. Carta de Conjuntura nº. 43, 2º trimestre. Rio de Janeiro: Ipea, 2019